

CINEMA EM PERNAMBUCO: DA INICIATIVA PRIVADA À POLÍTICA ESTATAL

Mannuela Ramos da Costa¹

Resumo: A partir do ano de 2007, registra-se um grande crescimento de investimento e no número de ações para o cinema e audiovisual promovidas pelo Governo do Estado de Pernambuco. Com base na análise das características da política pública de cultura estadual e sua implementação, bem como nas estatísticas resultantes das ações, o artigo promove um diagnóstico sobre o segmento no Estado.

Palavras-chave: cinema, desenvolvimento, políticas públicas, Pernambuco.

A tradição cinematográfica de Pernambuco não é nova. Dos idos do início do século XX até os dias atuais, é possível registrar um caminho que vai das iniciativas episódicas à produção mais consistente e regular, calcada em políticas públicas estaduais. Nesse caminho registra-se o Ciclo Regional do Recife, que é apontado como um dos que teve maior duração dentre os Ciclos Regionais do país e chegou a produzir 13 filmes de ficção e vários filmes naturais (documentários), protagonizadas por grupos de jornalistas, funcionários públicos, artesãos e outros. Outra iniciativa de grupos artísticos locais foi o Ciclo do Super 8, nos anos 1970, que tinha um caráter sócio-político mais enfático, dadas as condições históricas e da política do país na época.

Atualmente, Pernambuco tem caminhado para um papel de destaque nacional quando o assunto é produção cinematográfica e política pública de audiovisual. O caminho tem sido trilhado a partir de uma orientação da política cultural do estado para o audiovisual, que o considera como um setor estratégico da economia regional, articulada com a participação da oferta privada, aqui entendida como os produtores culturais independentes.

Este artigo pretende fazer um diagnóstico sobre a atuação pública estadual na área de cinema e audiovisual em Pernambuco, considerando aspectos relativos ao fomento (demanda pública por cultura) e seu impacto na cadeia produtiva local,

¹ Mestra em Comunicação e Cultura, professora nos Cursos de Cinema e Comunicação Social da UFPE. mannucoستا80@gmail.com



considerando as áreas de formação, produção, distribuição e exibição, com maior ênfase no período de 2007 a 2010, por corresponder ao anos em que se registra um grande crescimento de investimento e no número de ações para o audiovisual promovidas pelo Governo do Estado.

1. Demanda pública por cultura: a política de fomento ao audiovisual em Pernambuco

Na contemporaneidade, com o sistema econômico vigente, a administração pública tende a retroagir e diminuir sua intervenção, deixando que a lógica do mercado regule as trocas econômicas e simbólicas. Porém, no setor cinematográfico, verifica-se uma posição diametralmente oposta, em que a produção independente (ou seja, calcada na ação do empreendedor individual) é majoritariamente (quando não, totalmente) financiada pelo Estado através de Políticas Públicas para a Cultura e o Audiovisual ou por ações diretas, organizadas, produzidas e reguladas pelo poder público através de suas instâncias. Para Hall (2003, p. 77), “entretanto, a neutralidade do Estado funciona apenas quando se pressupõe uma homogeneidade cultural ampla entre os governados. (...) Sob as novas condições multiculturais, entretanto, essa premissa parece cada vez menos válida”

Desde os 1930, o Estado Brasileiro vem se utilizando de diversos instrumentos de intervenção na cultura, que variam tanto em sua forma quanto em seus objetivos. Segundo Reis (2007, p.172), a linha de atuação do Estado pode ser classificada de duas formas:

- i) Interventor: quando se ocupa de produzir bens e prestar serviços culturais, de forma direta e sem intermediários, embora possa fazer uso de órgãos e outras entidades igualmente públicas;
- ii) Regulador: quando estabelece planos estratégicos, financia e regula os mecanismos de intervenção, a serem seguidos pela iniciativa privada, bem como responde ao mercado e demais influências externas que interfiram na vida cultural do país.

Para o desenvolvimento do audiovisual Brasileiro, afirma Gatti (2007), a participação dos Governos Estaduais foi fundamental, através da criação e execução de políticas públicas próprias, que dão um fôlego à produção regional e criam condições para que discursos alternativos ao hegemônico consigam coexistir junto ao sistema dominante. (Pfeiffer, 2007).

A política pública de cultura do Estado de Pernambuco é executada pela Fundarpe (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco), que foi criada em 17 de julho de 1973, com fins de incentivar a cultura e preservar os monumentos históricos e artísticos do Estado. A Fundarpe sempre esteve ligada à Secretaria de Educação, Cultura e Desportes do Estado, porém recentemente o Governador Eduardo Campos promoveu a criação de uma Secretaria de Cultura independente das outras áreas, de modo que a Fundarpe vai passar para a administração da Secretaria recém criada.

A Diretoria de Política Cultural atua através de coordenadorias, que são subdivididas por linguagem artística, sendo elas: Artes Cênicas; Artes Plásticas, Artes Gráficas e Literatura; Artesanato; Cinema, Vídeo e Fotografia; Cultura Popular e Pesquisa; Música. À Diretoria cabe:

implementar, por meio das coordenadorias, a formulação, discussão e articulação das políticas culturais do estado; a orientação e apoio às diversas linguagens culturais, realizar o planejamento para atendimento das demandas culturais, incluindo os ciclos de cultura, os setores específicos, os equipamentos e ativos culturais; desenvolver e implantar mecanismos que assegurem a gestão democrática e regionalizada da cultura, o fortalecimento dos conselhos e fóruns e a participação da comunidade interna e externa. (FUNDARPE)²

O Sistema de Incentivo à Cultura – SIC – de âmbito estadual é criado pela Lei nº 11.005, de 20 de dezembro de 1993, e alterado pela Lei nº 11.914, de 28.12.2000. Mais tarde, o Sistema é modificado pela Lei nº 12.310, de 19 de dezembro de 2002, que institui o Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura – FUNCULTURA. Com outras duas alterações, oriundas de decretos e leis, o SIC passa a ter uma nova configuração no que tange ao valor investido, bem como na periodicidade de publicação do edital de seleção pública de projetos culturais, abrindo espaço para um desenvolvimento significativo da cadeia produtiva do audiovisual.

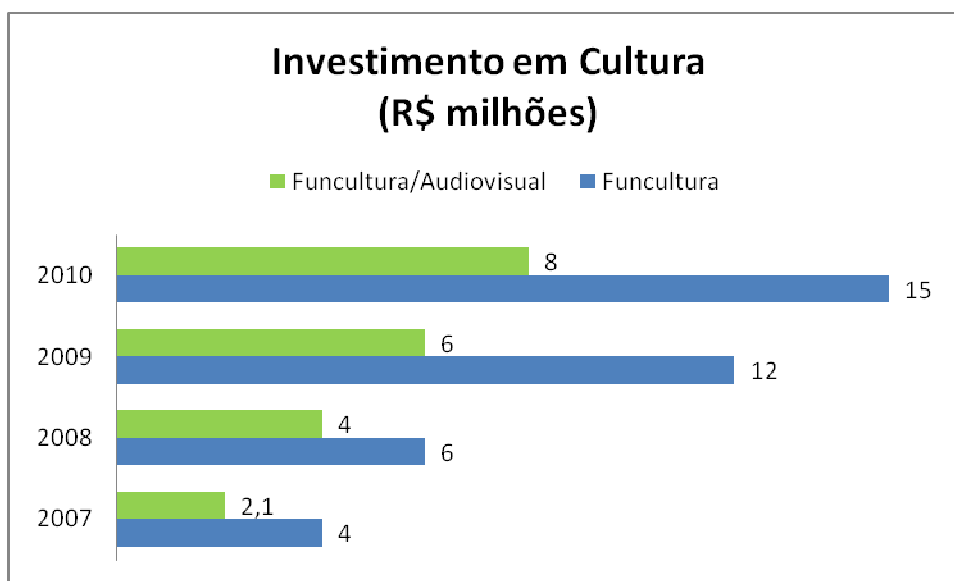
Até o ano de 2006, o FUNCULTURA tinha apenas uma edição anual, concentrando todas as áreas culturais (literatura, artes cênicas – dança e circo – artes integradas, artes gráficas, plásticas, música, cultura popular, patrimônio e fotografia, cinema e vídeo), quando em 2007, por meio da lei nº 13.304, de 25 de setembro do mesmo ano, houve uma separação da área de audiovisual das demais linguagens do Funcultura. Com isso, foi possível criar um edital específico para a linguagem, com um montante de recursos na ordem de R\$ 2,1 milhões, representando um aumento de mais

² Disponível em: http://www.fundarpe.pe.gov.br/fundarpe_diretorias_politicas.php. Acesso: 10. abr. 2011.

de 100% em relação ao valor captado na edição anterior, quando o audiovisual integrava a concorrência pública junto com as demais linguagens.

Ao longo dos anos, as subcategorias de audiovisual se diversificaram e contemplam praticamente todos os formatos, gêneros e elos da cadeia (longas e curtas-metragens de animação, ficção e documentário; produtos para televisão – programas, interprogramas, séries e microsséries – difusão; pesquisa e formação; desenvolvimento do cineclubismo). O montante destinado a área de audiovisual na edição de 2010/2011 é de R\$ 8 milhões e representa um crescimento de quase 400% no investimento inicial do Edital da Audiovisual, em 2007. O valor contrasta também com o investimento feito na seleção pública do Funcultura, que se destina a todas as outras linguagens, que ficou na ordem dos R\$ 15 milhões. A relação entre investimento total no Funcultura para produtores independentes e o valor destinado ao segmento do Audiovisual através de seu edital específico pode ser visualizado no Gráfico 1, abaixo:

Gráfico 1 - Fomento à Produção Independente em PE – Edital Público de Seleção (Funcultura)



Para chegar a esta configuração, houve uma articulação entre Governo (na época, coincidia com o primeiro ano de mandato do Governador Eduardo Campos) e sociedade civil, através das associações e entidades civis organizadas do audiovisual no Estado, especialmente a ABD-PE/APECI (Associação Brasileira de Documentaristas, seção Pernambuco/Associação Pernambucana de Cineastas) e o Fórum do Audiovisual, com a posterior entrada da FEPEC – Federação Pernambucana de Cineclubes, que passa também a compor a mesa de negociações. O segmento, de forma organizada, entregou

ao então Governador Eduardo Campos (reeleito em 2010), um documento que ficou batizado como Carta dos Trabalhadores do Audiovisual Pernambucano, que dentre outras coisas, trazia argumentos em defesa do desenvolvimento a cadeia produtiva local de cinema como área estratégica para a manutenção da identidade pernambucana, ressaltando o histórico da produção regional, bem como os resultados recentes que os filmes haviam obtido, em Festivais e impacto positivo na imprensa especializada. A Carta sugeria eixos norteadores para a elaboração da política pública de investimento e gestão do setor, bem como um montante de recursos a serem investidos, que chegava aos R\$ 12 milhões.

Além da dimensão simbólica e cidadã do cinema e audiovisual, os realizadores também levantaram dados sobre o impacto econômico do setor, considerando os empregos diretos gerados e propunham uma divisão percentual do incentivo por área (o que viria a estabelecer os valores-teto por categoria constantes nos editais de seleção pública do Funcultura) baseando-se no valor médio das produções, na época.

O governo então atende a categoria e separa a linguagem (Fotografia, cinema e vídeo) do edital geral do Funcultura e cria o Edital do Audiovisual, o que possibilitou o aumento significativo no investimento disponível para o fomento à produção independente, uma vez que havia impedimentos legais para fazê-lo estando a linguagem ainda enquadrada na Lei original do Funcultura, citada acima.

A articulação acontecia num momento oportuno, com a coincidência de orientações políticas similares nas três esferas de poder (municipal, estadual e federal), bem como a criação do curso de Cinema da Universidade Federal de Pernambuco e ainda a instalação do CTAV (mais tarde denominado CANNE – Centro Audiovisual Norte-Nordeste) no Recife.

Em 2009, o Edital Audiovisual volta a fazer parte do SIC/Funcultura, embora ainda conserve um calendário independente de seleção pública de projetos e amplia algumas exigências, como o tempo de residência do proponente (de 01 para 02 anos), número de documentos comprobatórios, número e valor máximo de projetos por proponente, forma de liberação da verba e prestação de contas, por exemplo.

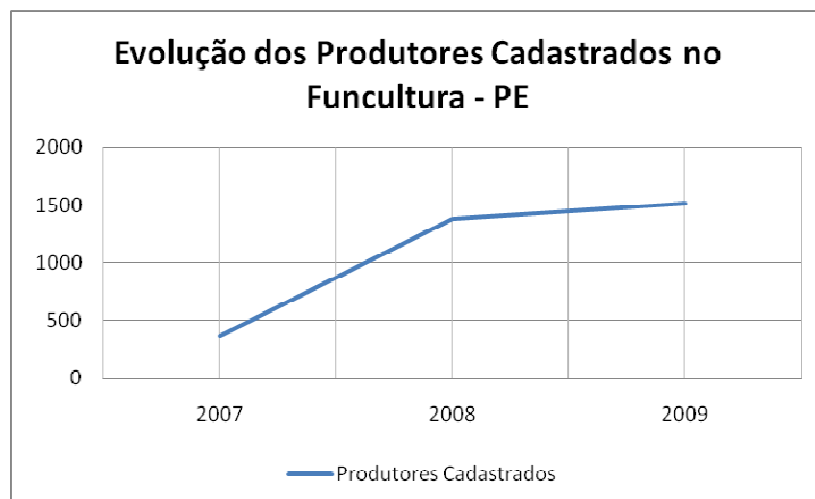
Deve-se registrar que a categoria de longa, por exemplo, contempla desde desenvolvimento de roteiro à distribuição, passando por produção e finalização, dando ao proponente a oportunidade de pleitear todas ou parte das etapas de realização, articulando mais de uma fonte de financiamento, quando é o caso.

A forma de julgamento dos projetos consiste em três etapas: análise de documentação; análise técnica dos projetos por comissão especializada (parte indicada pelas associações representativas e preferencialmente composta por membros de fora do Estado), atribuindo notas e valores para critérios pré-estabelecidos no edital (como currículo do proponente, relevância, viabilidade, etc.); e, finalmente, o *pitching* (defesa oral) dos selecionados para esta etapa, de onde sairão os aprovados. Além da comissão especializada para cada uma das categorias (longas; curtas e programas de TV; formação e incentivo ao cineclubismo), a Comissão Deliberativa do Funcultura participa diretamente das etapas e é composta por representantes para cada uma das linguagens do SIC Estadual, indicados pela sociedade civil e Governo. O formato foi também um acordo entre Governo e Sociedade Civil organizada, na tentativa de dar mais idoneidade e transparência ao processo.

2. A oferta de cultura: produtores independentes, empreendedorismo e sistema de produção em rede.

O esforço do Estado tem gerado impactos diretos na oferta da cadeia produtiva local, a começar pelo número de produtores independentes cadastrados no sistema de incentivo regional (condição *sine qua non* para inscrição no edital do Funcultura), que experimentou crescimento significativo, passando de 370 produtores cadastrados no ano de 2007 para mais de 1500 produtores em 2009 (Fundarpe, 2010). Os números apontam para uma possível democratização no acesso aos bens públicos e possibilita a especialização do setor e deve-se registrar também uma maior participação de agentes culturais do interior do Estado (v. Gráfico 2).

Gráfico 2 - Crescimento da Oferta – Produtores Independentes em PE



Fonte: Fundarpe, 2010

Abaixo, pode-se ver também a Tabela 1, que traz o número consolidado de projetos incentivados via Funcultura/Audiovisual no período de 2007 a 2010. Os números demonstram certa equalização na distribuição do investimento e revela uma preocupação em contemplar os diversos elos da cadeia produtiva do cinema e do audiovisual, sobretudo porque cada uma dessas categorias concentra vários formatos e tipos de projetos diferentes, favorecendo a diversificação da produção e possíveis inovações (estéticas, de processo, de resultados, etc.).

Tabela 1 - Projetos Contemplados pelo Funcultura/Audiovisual (2007/2010)

PROJETOS INCENTIVADOS	
Por categoria - 2007 a 2010	
Longa-metragem	40
Curta-metragem	44
Produtos para TV	33
Formação e Difusão	44
Incentivo à Atividade Cineclubista	09
TOTAL DE PROJETOS	170

Fonte: Fundarpe, 2011.

Apesar dos números positivos, o mercado de cinema e audiovisual em Pernambuco ainda é marcado pelo alto grau de informalidade e baixa especialização, situação semelhante a de várias outras regiões do país e historicamente recorrente no mercado das artes, de uma maneira geral, conforme aponta Reis (2007). Vale ressaltar, ainda, que se pode observar algo positivo na relação entre a demanda pública por cultura e a oferta, que é o fato de os artistas e produtores culturais estarem agindo como verdadeiros empreendedores, promovendo o desenvolvimento regional e a profissionalização do setor.

Este ambiente tem encorajado a produção de bens e serviços no sistema associativo, de redes de firmas, nas quais “a formação de alianças pressupõe que o conhecimento, a confiança e as redes de relacionamentos proporcionam condições para o alcance de oportunidades e adicionam riquezas que garantem a sustentabilidade das organizações” (PAIVA JR. *et al*, 2010, p.11).

Aqui, aplicamos o conceito de redes como um recorte analítico capaz de representar as interdependências produtivas e tecnológicas que caracterizam os ambientes econômicos complexos:

“Redes de firmas podem ser concebidas como um subconjunto organizado de atores interdependentes, estando associadas à organização simultânea de relações de concorrência e cooperação entre seus membros, decorrentes da necessidade de compatibilizar-se a exploração de complementaridades de competências com a barganha pela apropriação dos ganhos econômicos gerados” (Brittos, 2008, p.102).

O autor afirma ainda que estas ligações, por outro lado, pode ocorrer não apenas entre indivíduos, mas também entre firmas, isto é, organizações independentes que através de ligações sistemáticas chegam a resultados conjuntos na produção de bens de mercado. Assim, em Pernambuco, registra-se a presença da aliança público-privada e também entre atores privados, resultante de co-produções e produções associadas, além de uma forte presença de grupos criativos – alguns juridicamente constituídos como empresas, outros não – que funcionam como difusores de produtos audiovisuais com semelhanças tecnoestéticas³.

Neste ambiente, a vitalidade e a dinâmica da rede dependem das interações relacionais entre os seus componentes, bem como da competência compartilhada, da natureza dos fluxos e da estrutura disponível para a ligação entre as unidades (nódulos). Para manter a rede trabalhando de forma eficiente, entende-se que é necessário que os integrantes compartilhem de certos procedimentos e modos de produção, sustentados, em última instância por uma ideologia compartilhada.

O mercado cinematográfico no Brasil está configurado sob a forma de contrastes, uma vez que é atomizado, com massiva presença de produtos internacionais e uma situação de eminente monopólio de capital estrangeiro em alguns setores da cadeia produtiva (como a exibição e a distribuição). Sofre ainda com marcos regulatórios frouxos e incapazes de colocar o cinema brasileiro em posição de real competição comercial, sobretudo frente aos filmes norte-americanos. (GATTI, 2007) Além disso, verifica-se grande concentração espacial no setor cinematográfico, tanto do ponto de vista de consumo quanto do ponto de vista de produção, levando ao questionamento da própria existência de uma indústria no país, e ainda, da necessidade de que este possível sistema industrial tenha como característica fundamental a diversidade entre as firmas.

Por outro lado, esta configuração do setor cinematográfico brasileiro propiciou a formação de clusters, que se comportam como redes de firmas, especialmente em

³ Britos (2000) utiliza o conceito tecno-estético para designar o resultado das combinações de tecnologia empregada e escolhas estéticas (narrativa, recursos de linguagem) em produtos audiovisuais, considerando que além de seu substrato tangível, estes encerram uma série de significados socialmente relevantes, que os caracterizam e diferenciam.

regiões não-hegemônicas do país, como é o caso de Pernambuco (Pfeiffer, 2007), que tem conquistado uma relevância no cenário nacional, embora isso não seja, necessariamente, significativo do ponto de vista da lucratividade e da auto-sustentabilidade mercadológicas.

Em Pernambuco, comenta Nogueira (2009) prevalece essa estrutura de *brodagem*, que configura um jogo de troca de experiências e empréstimos de competências de um no projeto do outro, cimentados num jogo de reciprocidades e interesses pessoais. E complementa: “por se tratar de um Estado na periferia da produção cinematográfica do país, em um esquema de produção de baixo orçamento, os laços de interesses pessoais são necessários para a concretização dos projetos” (NOGUEIRA, 2009 p.77).

Há também ações diretas do Governo de Pernambuco no setor, o que tem complementado a atuação dos empreendedores locais e estimulado o consumo privado de cultura por parte da população. Nesse sentido, registra-se que a Fundarpe tem atuado, mormente nas áreas de formação, difusão e exibição, promovendo cursos em parceria com o CANNE/Fundação Joaquim Nabuco e através da realização de oficinas em festivais de cinema que acontecem na Região Metropolitana do Recife e no Interior do Estado (Festival de Vídeo de Pernambuco, Festival de Cinema de Triunfo e Taquaritinga do Norte, Mostra de Filmes e Cinecabeça, por exemplo); Recuperação e Manutenção de salas de cinema no Recife (São Luiz, Cine Teatro Arraial) e no interior do Estado (Cine teatro Guarany – Triunfo , Cine Teatro Polytheama – Goiana – e Cine Teatro Apollo – Palmares).

3. Em busca de um futuro possível

Tem sido recorrente o discurso que valoriza a busca de mecanismos públicos ou privados que promovam os setores criativos como estratégicos para o desenvolvimento regional, dada a importância econômica que encerram, bem como o grande potencial simbólico que lhes é inerente.

Embora o valor investido pelo Governo do Pernambuco ainda esteja aquém da quantidade de produtores locais e da demanda por investimento, pode-se inferir que as ações dos últimos quatro anos tem gerado um impacto muito positivo e a dinamização do setor no Estado, em vários aspectos.

Para afirmar com mais segurança sobre a eficácia e a eficiência dos investimentos e ações protagonizadas pelo Estado, é necessário que sejam realizados

estudos com metodologia adequada para análise aprofundada, que identifique os pontos positivos, as lacunas do mercado e as inconsistências do sistema em vigor.

De antemão, pode-se prever um esgotamento no aumento dos recursos de financiamento para a Cultura no Estado, de modo que já é possível sugerir a criação de alianças público-privadas ou entre agentes públicos, no sentido de promover o aumento do investimento e do alcance das ações. Além disso, é preciso também pensar em instrumentos de ação que promovam a auto-sustentabilidade do setor, embora não dispensem a necessidade e a prerrogativa da atuação pública na área da cultural, que será sempre essencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENHAMOU, Françoise. A Economia da Cultura. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007. pp. 15-52; 109-184.

BRITO, Jorge. Redes Empresariais: elementos estruturais e conformação interna. pp. 97-131. In: DUARTE, Fábio; SQUANDT, Carlo; SOUZA, Queila. Tempo das redes. São Paulo: Perspectiva, 2008

BRITTOS, Valério C. Os 50 anos da TV brasileira e a fase da multiplicidade da oferta. Observatório-revista do Obercom, Lisboa, nº 1, p. 47-59, maio 2000.

FALCÃO, Cynthia. Apresentação oral no Seminário Consolidação do Audiovisual como Elemento de Desenvolvimento Sustentável Regional do Nordeste. 06 de julho de 2010. Centro Pastoral Diocesano Stella Maris, Triunfo, Pernambuco.

Fundarpe – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco in www.fundarpe.pe.gov.br Acesso: 10 abr. 2011.

GATTI, André P. O mercado cinematográfico brasileiro: uma situação global? In: MELEIRO, A. Cinema no Mundo: indústria, política e mercado. v. II, América Latina. São Paulo: Escrituras Editora, 2007, p. 99-142.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik. Trad.: Adelaine La Guardia Resende...[et al]. Belo Horizonte: Editora da UFMG, Brasília: representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. A Identidade Cultural na Pós-modernidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

NOGUEIRA, Amanda M. C. O novo ciclo de cinema em Pernambuco. A questão do estilo. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009.

PAIVA JR, Fernando G. FERNANDES, Nelson. C. M. ALMEIDA, Larissa F. L. A competência de relacionamento contribuindo para o desenvolvimento de capital social da empresa de base tecnológica. Revista de Negócios, ISSN 1980-4431, Blumenau, v15, n.1, p.11 – 28. Janeiro/Março 2010.

PFEIFFER, Daniela. Políticas públicas e adequação do produto audiovisual para o desenvolvimento do mercado cinematográfico brasileiro. 2007. Monografia (Especialização em Comunicação e Imagem) – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

REIS, Ana Carla Fonseca. Economia da Cultura e desenvolvimento sustentável: o Caleidoscópio da Cultura. Barueri, SP: Manole, 2007. 354p.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil. Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2007.